



Figura 29 – Complexo Esportivo e de Saúde Leone Taveira Adorno.



Figura 30 – parque infantil.



Figura 31 – praça.



Figura 32 – centro antigo.



Figura 33 – igreja no centro antigo.



Figura 34 – centro antigo.



Figura 35 – centro antigo.



Figura 36 – centro antigo.



Figura 37 – centro antigo.



Figura 38 – centro antigo.



Figura 39 – Casa da Cultura.



Figura 40 – Centro Cultural.

4.3. *Organização social*

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 vive-se no Brasil um novo contexto político e institucional, especialmente no que se refere à participação da sociedade na gestão de políticas públicas. O Estado brasileiro institucionalizou a participação social ao criar os conselhos de políticas públicas no âmbito das esferas federal, estadual e municipal, a exemplo dos conselhos municipais e estaduais de saúde, educação, assistência social, meio ambiente e de desenvolvimento rural sustentável.

Tal qual se observa na grande maioria dos municípios brasileiros, em Niquelândia vê-se um processo de construção desses espaços, o que pode ser um indicador do nível de organização e de participação da sociedade civil nos processos consultivos e deliberativos das políticas públicas, no âmbito local. Esses conselhos são canais de participação democrática da sociedade na formulação e implementação de políticas públicas no âmbito desses municípios.

Quadro 3 - Conselhos Municipais legalmente constituídos em Niquelândia, 2019.

Áreas	Nº/Ano da Lei de Criação		Nível de Envolvimento na Formulação de Políticas Públicas	Nº de Conselheiros		Frequência de Reuniões
	Conselho	Fundo		Número de Conselheiros	Periodicidade das reuniões	
Desenvolvimento Urbano	Lei nº 1173/2008	Não	Inativo	Não regulamentado	Inativo	
Assistência Social	Lei nº 1.681/18	Sim	Alto	10	Trimestral	
Direito das Crianças e Adolescentes	Lei nº 16/2009	Sim	Alto	10	Trimestral	
Educação	Lei nº 17/2009	Não	Médio	11	Quinzenal	
Alimentação Escolar	Lei nº 11.947/2009	Não	Baixo	07	Mensal	
Meio Ambiente	Lei nº 012/2003	Sim	Médio	07	Trimestral	
Saúde	Lei nº 033/2003	Sim	Alto	12	Mensal	
Conselho de Saneamento Básico/COMSAB	Decreto nº350/2014	Não	Inativo	07	Inativo	
Direitos do Idoso	nº 1.308/2011	Sim	Baixo	10	Sem periodicidade	
Direitos da Mulher	nº 022/2009	Sim	Baixo	10	Sem periodicidade	

Fonte: Prefeitura Municipal de Niquelândia, 2019

4.4. *Estrutura Administrativa Municipal*

A estrutura administrativa do Município encontra-se representada abaixo:

Órgãos de Assessoramento

- Gabinete do Prefeito
- I – Chefia de Gabinete
- II – Procuradoria Geral
- III – Defensoria Pública
- IV – Controle Interno
- V – Gabinete do Vice-Prefeito

Órgãos de Execução Instrumental

- I – Governo
- II - Finanças
- III – Relações Institucionais
- IV – Planejamento

Órgãos de Atuação Programática

- I - Educação
- II - Saúde
- III – Viação e Obras Públicas
- IV - Assistência Social e Cidadania
- V - Indústria e Comércio
- VI - Agricultura e Pecuária
- VII - Meio Ambiente;
- VIII - Turismo e Cultura
- IX - Desporto e Lazer
- X - Urbanismo
- XI – Compras e Abastecimento

(Fonte: Prefeitura Municipal de Niquelândia, Lei Complementar nº 019/2014)

Observa-se que o tratamento das questões físico-territoriais estão distribuídas por várias secretarias como Viação e Obras Públicas, Planejamento, Urbanismo, dentre outras, o que dificulta a institucionalização do processo de planejamento urbano necessário à efetivação do Plano Diretor e ao cumprimento de suas metas, assim como dos planos setoriais que afetam diretamente o desenvolvimento urbano local, motivo pelo qual seria desejável uma reorganização da estrutura própria, articulando a política urbana e habitacional do município face os desafios a enfrentar. Esta reorganização deveria passar pela fusão de pastas afins, visando constituir um forte grupo de gestão urbana e habitacional, focado na elaboração de projetos, programas e aplicação dos planos, para buscar recursos para a implantação do PD noutras esferas de governo ou mesmo em organismos internacionais de fomento. Além disso, é necessário ampliar o quadro de servidores técnicos ligados ao campo da edificação e do urbanismo no quadro permanente, de maneira a que se tenha uma condução dos programas e projetos que consiga fiscalizar obras públicas e licenciar e fiscalizar atividades da iniciativa privada com a qualidade e a agilidade necessária ao desenvolvimento local.

4.5. Instrumentos de Planejamento e Gestão

O Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10257 de 10 de julho de 2001) estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulamentam o uso da propriedade urbana em favor do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos e do equilíbrio ambiental.

A ausência de instrumentos modernos e adequados à realidade local dificultam a elaboração e implantação de uma política municipal de ordenamento territorial, que deveria ocorrer através de um conjunto de projetos estruturantes com o objetivo, dentre outros aspectos, da regularização fundiária, da delimitação físico-territorial das regiões de planejamento, o abairramento, a instituição de indicadores para monitoramento do plano, a definição espacial de partes do território urbano para aplicação de diversos instrumentos previstos no Estatuto das Cidades. No entanto, essa diversidade de instrumentos, alguns bastante complexos para sua operacionalização, não encontra ainda respaldo na estrutura administrativa para sua efetivação.

O próprio cadastro físico municipal não está preparado para tal, uma vez que a desatualização da Planta Genérica de Valores e dos seus dados impede até mesmo uma política mais justa na cobrança do IPTU lançado anualmente. Ou seja, é preciso preparar previamente a estrutura interna do cadastro físico para possibilitar seu uso na implantação das ações exigidas pelo Plano Diretor vigente, onde uma das prioridades é a regularização fundiária da sede municipal.

Embora a legislação de transparência e governança democrática exijam a disponibilização no site da Prefeitura (www.niquelândia.pr.gov.br), não há ainda um sistema de informações municipais estruturado que permita o acompanhamento ou monitoramento das ações solicitadas pela comunidade ou pelas próprias secretarias municipais, sistema que será fundamental para o êxito do PD.

5. Diagnóstico Socioeconômico

5.1. Breve Histórico do Município

Niquelândia é um dos municípios do interior brasileiro que foi protagonista na entrada do desenvolvimento econômico e infraestrutural do século XVI.

Os desbravadores Manuel Rodrigues Tomar e Antônio de Sousa Bastos encontraram ouro em Trairás, antiga Tupiraçaba, onde fundaram uma vila próspera, chegando a ser uma das vilas mais desenvolvidas de Goiás, chegando a ser a capital do império brasileiro por um dia.

Em 1755, foi fundado o povoado de São José do Tocantins, às margens do Rio Bacalhau onde sugiu a Igreja Matriz de São José. Em 1833 o povoado passa a categoria de município.

No ano de 1904, ocorre o grande salto na economia do município, quando foi descoberta a presença de níquel na Serra da Jacuba. Houve produção de cobre, cobalto, ferro, manganês, cristal, diamante, amianto e até urânio com a exploração mineral, evidenciando um alto e diversificado potencial minerário. Atualmente, os minérios são explorados pela Votorantim e Anglo American. Porém, o município passou a se chamar Niquelândia apenas em 1938.

O município é formado pelos seguintes distritos, conforme informado pelo IBGE: Indaianópolis; Muquém; Tupiraçaba (Traíras); Vila Taveira (Faz Tudo); Quebra-Linha; Acaba Vida. A sede municipal está dividida em 34 bairros, tendo 85,50% (Censo Demográfico do IBGE, 2010) das vias públicas com pavimentação asfáltica. Para a Lei do Plano Diretor vigente, são considerados urbanos os seguintes povoados:

- São Miguel do Quebra Linha;
- Vila Taveira;

- Nossa Senhora da Abadia do Muquém;
- Tupiraçaba;
- Garimpinho;
- Baunilha;
- Buriti Alto;
- Indianópolis.

5.2. *Rede Urbana*

Neste item será abordada a formação da rede urbana do município de Niquelândia, em articulação com os municípios polarizadores. Este estudo identificará na rede de cidades, um papel fundamental na estruturação e organização do espaço geográfico da região analisada.

Os centros urbanos de uma determinada região têm um conjunto de relações de interdependência entre eles, podendo, em função de sua condição hierárquica, estabelecer relações também com centros urbanos de outras regiões.

O estudo das inter-relações entre os centros urbanos se justifica pela necessidade de se entender a dinâmica das interações, o fluxo da população em busca de produtos, serviços e emprego e a sua distribuição no espaço geográfico.

Neste item será feita uma análise direcionada à hierarquização e interação municipal no contexto regional e outra, direcionada à hierarquização dos núcleos e aglomerados urbanos.

Em linhas gerais, o presente Capítulo adotou como base para as análises apresentadas no estudo “Região de Influência de Cidades – 2007”, publicado pelo IBGE.

A metodologia utilizada para o estudo do sistema de cidades prevê uma organização hierarquizada dos centros urbanos. Dessa forma, cada cidade possui áreas de influência diferenciadas em função do alcance dos bens e serviços lá oferecidos, contrapondo-se a outros centros. Nesse sentido, alguns bens e serviços produzidos e ofertados pelos centros urbanos podem ter alcance nacional, regional ou local. Quanto maior e mais variada for a gama de bens e serviços oferecidos à população, mais alto será o nível hierárquico atingido pelo centro urbano e maior será a sua área de influência.

De forma geral, existe uma tendência de concentração populacional nas grandes cidades com funções de maior centralidade, sendo estas, em grande medida, as capitais de Estado. Em contraposição, centros urbanos produtores apenas de bens e serviços procurados pela população local, para a satisfação cotidiana de suas necessidades, apresentam uma menor área de influência, posicionando-se em níveis hierárquicos mais baixos.

Justifica-se a análise em dois tipos de classificação que se inter-relacionam: a da hierarquia funcional entre as cidades e da polarização entre os centros urbanos.

5.2.1. Hierarquia Funcional

No estudo de hierarquia funcional, ou hierarquia de centros urbanos, as cidades foram classificadas em cinco grandes níveis, por sua vez subdivididos em subníveis, a saber:

- **Metrópoles: Grande metrópole nacional / Metrópole nacional / Metrópole**

São os 12 principais centros urbanos do País, que se caracterizam por seu grande porte e por fortes relacionamentos entre si, além de, em geral, possuírem extensa área de influência direta.

O conjunto foi dividido em três subníveis, segundo a extensão territorial e a intensidade destas relações.

- **Capital regional: Capital regional A / Capital regional B / Capital regional C**

Integram este nível 70 centros que, como as metrópoles, também se relacionam com o estrato superior da rede urbana. Com capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrópoles, têm área de influência de âmbito regional, sendo referidas como destino, para um conjunto de atividades, por grande número de municípios. Como o anterior, este nível também tem três subdivisões. O primeiro grupo inclui as capitais estaduais não classificadas no nível metropolitano e Campinas. O segundo e o terceiro, além da diferenciação de porte, têm padrão de localização regionalizado, com o segundo mais presente no Centro – Sul, e o terceiro nas demais regiões do País.

- **Centro sub-regional: Centro sub-regional A / Centro sub-regional B**

Integram este nível 169 centros com atividades de gestão menos complexas, predominantemente entre os níveis 4 e 5 da gestão territorial. Têm área de atuação mais reduzida e seus relacionamentos com centros externos à sua própria rede, dão-se, em geral, apenas com as três metrópoles nacionais. Com presença mais adensada nas áreas de maior ocupação do Nordeste e do Centro-Sul e mais esparsa nos espaços menos densamente povoados das Regiões Norte e Centro-Oeste.

- **Centro de zona: Centro de zona A / Centro de zona B**

Nível formado por 556 cidades de menor porte e com atuação restrita à sua área imediata; exercem funções de gestão elementares.

- **Centro local**

As demais 4.473 cidades cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes, têm população predominantemente inferior a 10 mil habitantes (mediana de 8 133 habitantes).

5.2.2. Polarização

O município de Niquelândia é um município classificado como Centro de Zona B, e polarizado pelos municípios de Goiânia, (Metrópole Regional), Uruaçu (Centro de Zona A), e Brasília (Metrópole Nacional) (IBGE, 2007).

Tem relação muito forte com Goiânia, com a qual tem atração em praticamente todos os segmentos analisados pelo estudo, englobando saúde, educação, transporte aéreo, lazer, comércio e infraestrutura. Com Brasília, também possui uma forte atração, mas, em menor escala, englobando todos os setores com exceção da educação.

Apesar da expressividade no setor minerário, Niquelândia é um município muito pequeno que polariza apenas Colinas do Sul, no qual atrai seus moradores em busca de atendimento em saúde, educação e para o comércio.

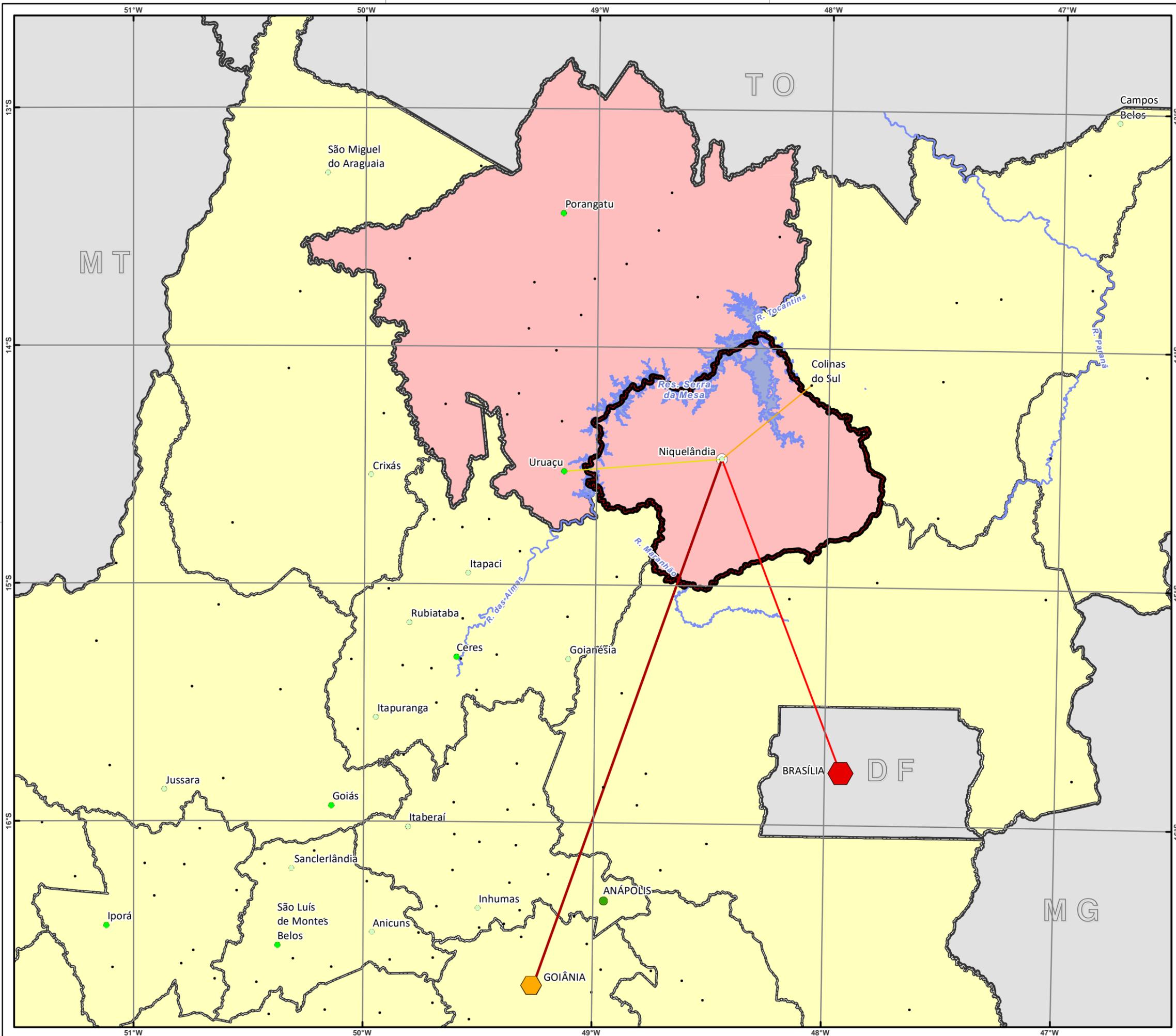
A tabela a seguir indica a polarização entre os centros urbanos do território.

Tabela 1 – Relação da Polarização de Niquelândia com os Municípios do entorno

Municípios Polarizadores	Município da Área de Influência	Municípios Polarizados
Goiânia Uruaçu Brasília	Niquelândia	Colinas do Sul

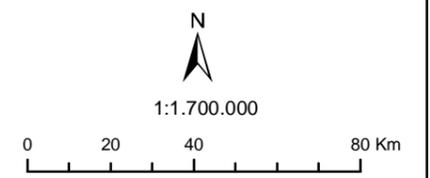
Fonte: Regiões de Influência das Cidades – IBGE, 2007.

Mapa 5 - Rede Urbana Polarizada



- Convenções cartográficas**
- Sede municipal de Niquelândia
 - ☁️ Corpos d'água
 - ▭ Niquelândia
 - ▭ Microrregiões do Estado de Goiás
 - ▭ Microrregião de Porangatu
 - ▭ Limite estadual
- Hierarquia entre cidades**
- 🔴 Metrópole Nacional
 - 🟠 Metrópole
 - 🟡 Capital Regional A
 - 🟠 Capital Regional B
 - 🟡 Capital Regional C
 - 🟢 Centro Subregional A
 - 🟢 Centro Subregional B
 - 🟢 Centro de Zona A
 - 🟢 Centro de Zona B
 - Centro Local
- Polarização**
- 🟢 Muito Fraco
 - 🟡 Fraco
 - 🟠 Médio
 - 🔴 Forte
 - 🔴 Muito Forte

Fonte: IBGE, REGIC, SIEG



Prefeitura Municipal de Niquelândia
Plano Diretor

REDE URBANA

P:\010 - InteracaoUrbana\011 - PD Niquelândia\3 - PDGS - Projeção1 - Mapa Diagnóstico\MS\01011 - MP - MS - Rede Urbana_A3_B01_A01.mxd

5.3. Demografia

Niquelândia (Latitude: 14°28'26" S/ Longitude: 48°27'36" W) é um município do Estado de Goiás, pertencente à microrregião de Porangatu e a mesorregião Norte Goiano. Está localizado na Região Centro-Oeste do país, e possui uma área de 9.843,247 km² de extensão territorial e 42.361 habitantes segundo o Censo Demográfico do IBGE de 2010, sendo que desse total, 78,71% se localizam em áreas urbanas e 21,29% em áreas rurais. A densidade demográfica é de 4,30 habitantes/km².

Seus municípios limítrofes são:Água Fria de Goiás, Alto Paraíso de Goiás, Barro Alto, Santa Rita do Novo Destino, Uruaçu, Campinaçu, Vila Propício, Mimoso de Goiás, Colinas do Sul e São João d'Aliança.

Atualmente, o município de Niquelândia, com cerca de 10.000 km², é o maior município de Goiás. O município possui uma das maiores reservas de níquel do mundo, explorada por duas grandes mineradoras: Votorantim Metais, do Grupo Votorantim e a Anglo American, do Grupo Anglo American plc.

(Fonte: www.niquelandia.go.gov.br/index.php/nossa-cidade).

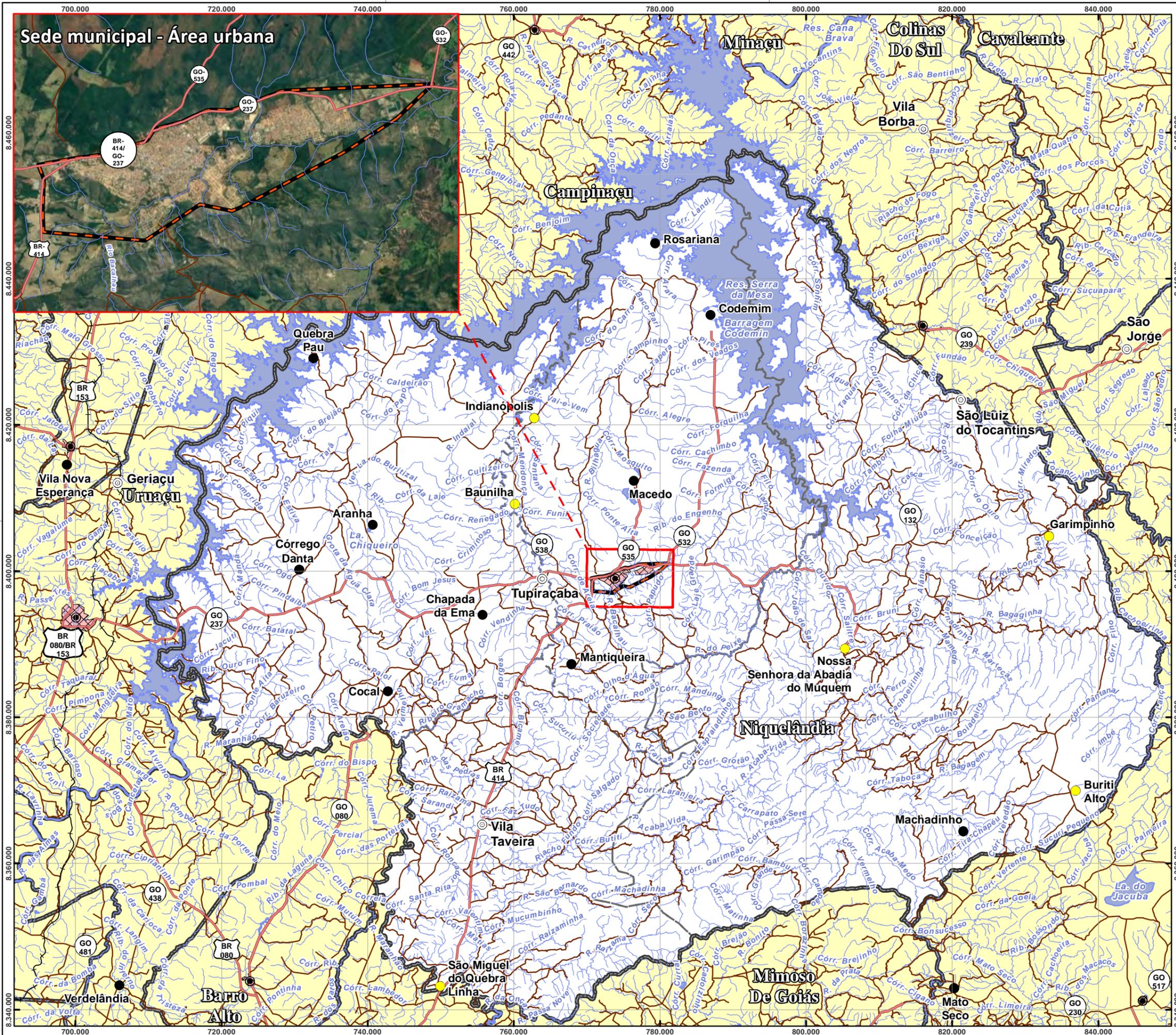
Tabela 2 – Características Territoriais de Niquelândia

Área:	9.843,247 km² (2018)
População:	42.361habitantes (Censo 2010, IBGE)
População estimada 2018:	46.039habitantes
Densidade demográfica:	4,30 habitantes/km ² (Censo 2010, IBGE)
Distribuição demográfica:	Urbana: 78,71% Rural: 21,29%
Localização:	Região Centro-Oeste do Brasil
Hora local:	G.M.T. menos 3 (três) horas

Fonte: IBGE, 2010.

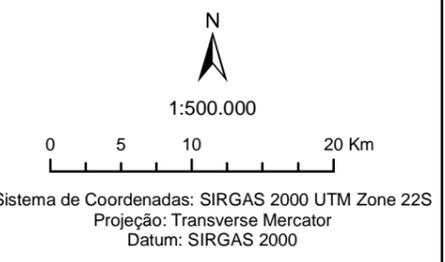
O mapa a seguir mostra o município e suas localidades.

Mapa 6 – Localidades do Município



- ### Convenções cartográficas
- Sede municipal
 - ⊙ Sede distrital
 - Aglomerado urbano
 - Povoado
 - Ferrovias
 - Via pavimentada
 - Via não pavimentada
 - Curso d'água
 - Corpos d'água
 - ▭ Perímetro Urbano (Lei 1173/08 - Pref. Niquelândia)
 - ▭ Área urbanizada
 - Limite distrital
 - Limite municipal

Fonte: IBGE, SIEG, Pref. Municipal de Niquelândia



Prefeitura Municipal de Niquelândia
Plano Diretor

LOCALIZAÇÃO GERAL

5.3.1. Porte e Dinâmica

A Microrregião de Porangatu é uma das microrregiões do estado de Goiás pertencente à mesorregião do Norte Goiano. Está dividida em dezenove municípios (Alto Horizonte, Amaralina, Bonópolis, Campinaçu, Campinorte, Campos Verdes, Estrela do Norte, Formoso, Mara Rosa, Minaçu, Montividiu do Norte, Mutunópolis, Niquelândia, Nova Iguaçu de Goiás, Porangatu, Santa Tereza de Goiás, Santa Terezinha de Goiás, Trombas e Uruaçu), e possui uma área total de 33.099,637 Km². Sua população foi contabilizada em 231.426 habitantes pelo Censo Demográfico do IBGE (2010).

O município mais populoso da microrregião é, certamente, Niquelândia, com contingente populacional de 42.361 habitantes, praticamente o mesmo do segundo maior município, Porangatu, que contabilizou 42.355 habitantes em 2010. Uruaçu é o terceiro maior município em termos de população, com 36.929 habitantes. O menor dentre eles é Nova Iguaçu de Goiás, com quase 3 mil habitantes.

No período 1991-2000, a população da maioria dos municípios experimentou uma ligeira redução de população, exceto Alto Horizonte, Campinorte, Estrela do Norte, Minaçu, Montividiu do Norte e Porangatu que tiveram taxa geométrica de crescimento¹ positivo, e Campos Verdes e Santa Terezinha de Goiás que decresceram com considerável taxa de -7,75% e -3,48% ao ano, respectivamente.

Na última década, entre 2000 e 2010, os municípios de Campinorte e Montividiu do Norte tiveram queda na taxa em relação à etapa anterior, mas conservando ainda um crescimento positivo.

A dinâmica vem se acelerando nos municípios de Estrela do Norte, Porangatu e Alto Horizonte, que ampliaram suas taxas de crescimento anual, destacando este

¹Taxa média geométrica de crescimento anual da população: Percentual de incremento médio anual da população residente em determinado espaço geográfico, no período considerado. As estimativas de crescimento da população são realizadas pelo método geométrico. Em termos técnicos, para se obter a taxa de crescimento (r), subtrai-se 1 da raiz enésima do quociente entre a população final (Pt) e a população no começo do período considerado (P0), multiplicando-se o resultado por 100, sendo "n" igual ao número de anos no período.

$$r = \left[\left(\sqrt[n]{\frac{P_t}{P_0}} \right) - 1 \right] \times 100$$

último, passando de 0,93% para 5,80%. Niquelândia também ampliou sua taxa geométrica de crescimento anual na última década, passando de -0,61% para 0,94%.

Campos Verdes com uma taxa negativa de -4,62% a.a. ainda apresentou a pior dinâmica da microrregião, seguido de Santa Tereza de Goiás, com um índice considerável de -1,61% a.a.

No geral, a microrregião de Porangatu cresceu a uma taxa geométrica anual de 0,21%, acompanhando o ritmo de crescimento populacional do estado de Goiás, com taxa pouco maior, na ordem de 1,84% a.a.

Tabela 3 – População Total Municípios Microrregião de Porangatu

Municípios	População Total			TGCA	
	1991	2000	2010	1991-2000	2000-2010
Microrregião de Porangatu					
Alto Horizonte	2.359	2.564	4.505	0,93%	5,80%
Amaralina	3.793	3.074	3.434	-2,31%	1,11%
Bonópolis	2.700	2.598	3.503	-0,43%	3,03%
Campinaçu	4.483	3.707	3.656	-2,09%	-0,14%
Campinorte	8.257	9.641	11.111	1,74%	1,43%
Campos Verdes	16.648	8.057	5.020	-7,75%	-4,62%
Estrela do Norte	3.387	3.398	3.320	0,04%	-0,23%
Formoso	6.158	5.589	4.883	-1,07%	-1,34%
Mara Rosa	11.953	11.939	10.649	-0,01%	-1,14%
Minaçu	32.288	33.608	31.154	0,45%	-0,76%
Montividiu do Norte	2.865	3.789	4.122	3,15%	0,85%
Mutunópolis	4.064	3.958	3.849	-0,29%	-0,28%
Niquelândia	40.751	38.573	42.361	-0,61%	0,94%
Nova Iguaçu de Goiás	3.186	2.746	2.826	-1,64%	0,29%
Porangatu	38.386	39.593	42.355	0,34%	0,68%
Santa Tereza de Goiás	5.102	4.697	3.995	-0,91%	-1,61%
Santa Terezinha de Goiás	16.522	12.015	10.302	-3,48%	-1,53%
Trombas	3.628	3.434	3.452	-0,61%	0,05%
Uruaçu	33.929	33.530	36.929	-0,13%	0,97%
Total Microrregião	240.459	226.510	231.426	-0,66%	0,21%
Total Estado Goiás	4.018.903	5.003.228	6.003.788	2,46%	1,84%

Fonte: IBGE – Censos Demográficos, 1991, 2000 e 2010.

TGCA: Taxa geométrica de crescimento anual.

Em Niquelândia, a composição etária na década de 90 contabilizava grande número de jovens, contando com 16.308 habitantes menores de 15 anos de idade, o equivalente a 40,02% da sua população em 1991. Em 2000 e em 2010 o município passa

a abarcar uma população em faixa etária propícia à produção, entre 15 e 64 anos de idade, e também vem aumentando o número de população acima dos 65 anos.

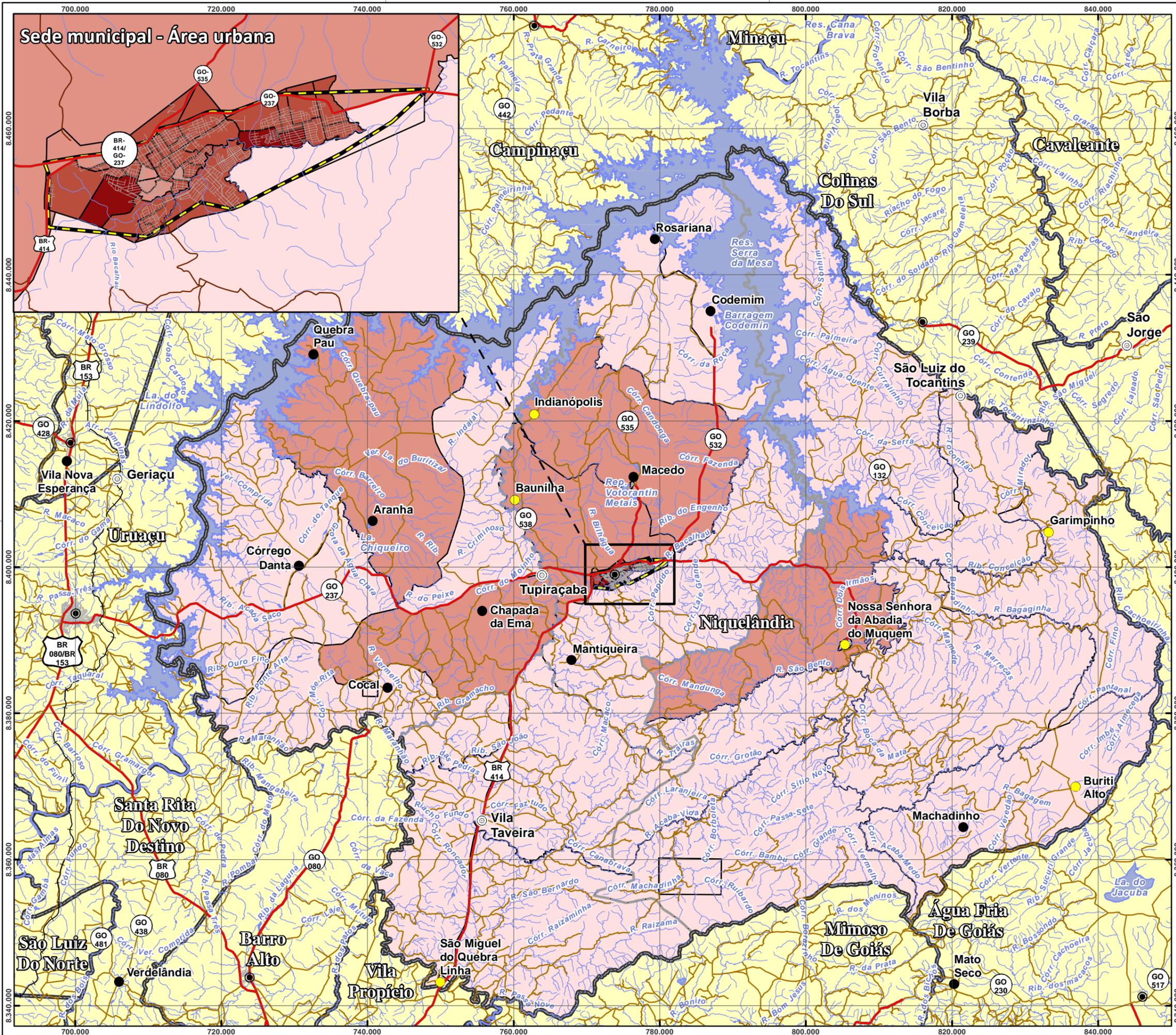
A razão de dependência² na década de 1990 chegava a 75,67% revelando que a disponibilidade de mão de obra era proporcionalmente pequena para a sustentabilidade econômico-financeira da população como um todo. O descompasso na razão de dependência foi diminuindo ao longo de duas décadas, chegando a 56,55% em 2000, e caindo para 46,43% em 2010 (IBGE, 2010), valores que ainda são muito elevados.

O índice de envelhecimento, outro indicador da composição etária da população, representa a razão entre o número de pessoas de 65 anos ou mais de idade em relação ao número de pessoas de menos de 15 anos de idade. Valores elevados deste índice indicam que a transição demográfica³ encontra-se em estágio avançado.

Mapa 7 – Distribuição populacional

²A razão de dependência indica a razão entre o segmento etário da população definido como economicamente dependente (os menores de 15 anos de idade e os de 65 e mais anos de idade) e o segmento etário potencialmente produtivo (entre 15 e 64 anos de idade). Valores elevados indicam que a população em idade produtiva deve sustentar uma grande proporção de dependentes.

³Transição demográfica: Termo que os especialistas empregam para descrever a dinâmica do crescimento populacional, decorrente dos avanços da medicina, urbanização, desenvolvimento de novas tecnologias, taxas de natalidade e outros fatores. Em linhas gerais, o mundo experimenta a transição de um regime de alta fertilidade associada à mortalidade elevada, para um modelo de baixa fertilidade com diminuição da mortalidade.



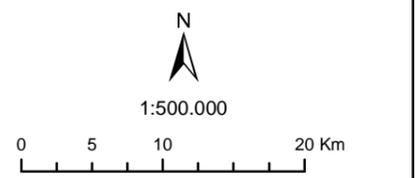
Convenções cartográficas

- Sede municipal
- Sede distrital
- Aglomerado urbano
- Povoado
- Ferrovias
- Via pavimentada
- Via não pavimentada
- Vias urbanas
- Curso d'água
- Corpos d'água
- ▭ Perímetro Urbano (Lei 1173/08 - Pref. Niquelândia)
- Limite distrital
- Limite municipal

Contingente populacional por setor censitário

- < 400
- 401 - 800
- 801 - 1.200
- > 1.200
- Sem informação

Fonte: IBGE, SIEG, Open Street Map
Pref. Municipal de Niquelândia



Sistema de Coordenadas: SIRGAS 2000 UTM Zone 22S
Projeção: Transverse Mercator
Datum: SIRGAS 2000

Prefeitura Municipal de Niquelândia
Plano Diretor

DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL